

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

CONCURSO PÚBLICO
01/2023

ANALISTA DE CONTRATOS E DE LICITAÇÃO (JURÍDICO)

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 03 (três) horas é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;

- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;
- d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA TEXTO

Leia o texto para responder às questões de 1 a 7.

Omelete

Pior foi Jacinta, que perdeu o marido para uma omelete. Quando alguém — desinformado ou desalmado — perguntava perto da Jacinta se “omelete” era masculino ou feminino, ela respondia “feminino, feminino”. Depois suspirava e dizia: “Eu é que sei”. As amigas tentaram convencer Jacinta de que o Luiz Augusto não merecia um suspiro. O que se poderia dizer de um homem que tinha abandonado a mulher de dez anos de casamento, para não falar em cotas num condomínio horizontal da zona Sul, por uma omelete bem-feita? Mas Jacinta não se conformava. Foi procurar um curso de culinária. Pediu aulas particulares e específicas. Queria aprender a fazer omelete. A professora começou com um histórico da omelete e sua força metafórica. Uma omelete justificava a violência feita aos ovos. Uma omelete... Mas Jacinta não queria saber da história da omelete. Queria aprender a fazer.

— Bem — disse a professora —, a omelete perfeita...

— Eu sei, eu sei — interrompeu Jacinta.

Sabia como era a omelete perfeita. Durante todos os seus anos de casada tinha ouvido a descrição da omelete perfeita. Luiz Augusto não se cansava de repetir que a omelete perfeita devia ser tostada por fora e úmida por dentro. Que seu interior devia se desmanchar, e espalhar-se pelo prato como baba. “*Baveuse*, entende? *Baveuse*.”

Durante dez anos, Jacinta ouvira críticas à sua omelete. Quando Luiz Augusto anunciara que encontrara uma mulher que fazia omeletes perfeitas — melhores, inclusive, que as do Caio Ribeiro — e que iria morar com ela, acrescentou: — Você não pode dizer que não lhe dei todas as chances, Cintinha.

Jacinta sabia a teoria da omelete perfeita. Queria a prática. Precisava aprender. O curso intensivo durou duas semanas. No fim do curso, a professora recomendou que Jacinta comprasse uma frigideira especial, de ferro, para garantir a omelete perfeita. Não havia como errar. Jacinta

telefonou para a casa de Beatriz e pediu para falar com Luiz Augusto.

— Precisamos conversar.

— Está bem.

— Aqui.

— Certo.

— Outra coisa.

— O quê?

— Não coma nada antes.

Quando Luiz Augusto chegou, Jacinta não disse uma palavra. Apontou para a mesa, onde estava posto um lugar. Luiz Augusto sentou-se. Jacinta desapareceu na cozinha. Reapareceu quinze minutos depois com uma omelete dentro de uma frigideira nova. Serviu a omelete e ficou esperando, de pé, enquanto Luiz Augusto dava a primeira garfada. Luiz Augusto disse: — Você chama isto de *baveuse*?

— Não — disse Jacinta —, eu chamo isto de *baveuse*.

E acertou com a frigideira a cabeça de Luiz Augusto, que caiu morto com a cara na omelete.

VERISSIMO, L. F. (Adaptado). *Verissimo antológico — meio século de crônicas, ou coisa parecida*. São Paulo: Objetiva, 2020.

QUESTÃO 01

De acordo com o texto, conclui-se que:
(A) Luiz Augusto deixou Beatriz para ficar com Jacinta por conta da omelete perfeita.

(B) Jacinta não aprendeu a omelete perfeita porque fez apenas a parte teórica do curso de culinária.

(C) Jacinta contava com o apoio de suas amigas para recuperar Luiz Augusto.

(D) Luiz Augusto deu uma segunda chance, mas não aprovou a nova versão da omelete de Jacinta.

(E) Jacinta não atingiu a omelete perfeita porque tinha um entendimento distinto de *baveuse*.

QUESTÃO 02

O pronome demonstrativo em “— Não — disse Jacinta —, eu chamo **isto** de *baveuse*.” funciona como um recurso de coesão textual de:

- (A) anáfora.
- (B) catáfora.
- (C) elipse.
- (D) substituição.
- (E) sinonímia.

QUESTÃO 03

Das associações sobre as personagens propostas nas alternativas a seguir, aquela que pode ser depreendida corretamente do texto é:

- (A) Caio Ribeiro – referência de bom preparo de omeletes, segundo o gosto de Luiz Augusto.
- (B) Jacinta – atingiu, por fim, o preparo da omelete perfeita, ao gosto de Luiz Augusto, após o curso de culinária, mas perdeu o interesse por ele.
- (C) Luiz Augusto – apreciador exigente de omeletes, demandava que sua companheira preparasse omeletes tão bem quanto ele.
- (D) Beatriz – pessoa com quem Luiz Augusto foi morar após se separar de Jacinta, fazia omeletes quase tão boas quanto as de Caio Ribeiro.
- (E) Professora do curso de culinária – sugeriu a Jacinta usar uma frigideira de ferro, para o caso de a omelete não ficar perfeita.

QUESTÃO 04

Analise as sentenças retiradas do texto e assinale aquela em que o vocábulo “se” é um pronome expletivo.

- (A) “Mas Jacinta não *se* conformava.”
- (B) “Quando alguém — desinformado ou desalmado — perguntava perto da Jacinta *se* “omelete” era masculino ou feminino”.
- (C) “Luiz Augusto sentou-*se*.”
- (D) “O que *se* poderia dizer de um homem que tinha abandonado a mulher de dez anos de casamento, para não falar em cotas num condomínio horizontal da zona Sul, por uma omelete bem-feita?”
- (E) “Luiz Augusto não *se* cansava de repetir que a omelete perfeita devia ser tostada por fora e úmida por dentro.”

Considere o excerto a seguir para responder às questões 5, 6 e 7:

Durante dez anos, Jacinta ouvira críticas à sua omelete. Quando Luiz Augusto anunciara **que** encontrara uma mulher **que** fazia omeletes perfeitas — melhores, inclusive, **que** as do Caio Ribeiro — e que iria morar com ela, acrescentou: — Você não pode dizer que não lhe dei todas as chances, Cintinha.

QUESTÃO 05

No contexto apresentado, em relação à classe gramatical, os vocábulos “que” em destaque atuam, respectivamente, como:

- (A) conjunção integrante, pronome relativo e conjunção comparativa.
- (B) conjunção integrante, pronome relativo e conjunção integrante.
- (C) preposição, pronome relativo e preposição.
- (D) conjunção causal, conjunção integrante e conjunção integrante.
- (E) conjunção causal, pronome interrogativo e conjunção comparativa.

QUESTÃO 06

Dentre todas as palavras que ocorrem no excerto apresentado, pertencem à classe gramatical das preposições:

- (A) à, do.
- (B) durante, com.
- (C) a, quando, de, com.
- (D) durante, à, inclusive, do.
- (E) durante, a, de, com.

QUESTÃO 07

Os verbos “ouvira”, “anunciara” e “encontrara”, que ocorrem no excerto apresentado, estão conjugados no tempo:

- (A) pretérito imperfeito do modo indicativo.
- (B) pretérito perfeito do modo indicativo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

QUESTÃO 08

De acordo com a gramática normativa, a ênclise está vetada se:

- I. O verbo está flexionado em uma oração subordinada.
 - II. A oração é iniciada por palavra interrogativa.
 - III. Em uma locução verbal, o verbo auxiliar está flexionado no presente do indicativo.
- É (são) verdadeira(s) apenas a(s) afirmativa(s) em:
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que, na sentença apresentada, a qualidade expressa pelo adjetivo é comparativa.

- (A) Maria é tão caprichosa quanto sua irmã.
- (B) Estou extremamente cansada.
- (C) A atriz estava elegantíssima no desfile de moda.
- (D) Daniel é o mais engajado dentre os participantes do programa.
- (E) Quando percebeu minha tristeza, passou a ser gentil.

QUESTÃO 10

Analise as sentenças a seguir e assinale aquela em que ocorre desvio ortográfico.

- (A) O casal se separou recentemente, razão por que não foram juntos ao evento.
- (B) Isto é só mais um empecilho para dificultar as coisas.
- (C) Os funcionários estão reivindicando melhores condições de trabalho.
- (D) Que coincidência nos encontrarmos aqui!
- (E) Espetáculos teatrais são ótimas formas de entretenimento.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11

Em uma certa loja, o preço das camisas era o mesmo para todas as camisas e o preço das calças era o mesmo para todas as calças. Leandro comprou nessa loja 2 camisas e 3 calças e pagou R\$ 510,00. Ele também comprou 1 camisa e 2 calças para seu filho e pagou R\$ 320,00. Podemos afirmar que o preço de cada camisa nessa loja é:

- (A) R\$ 60,00.
- (B) R\$ 65,00.
- (C) R\$ 58,00.
- (D) R\$ 72,00.
- (E) R\$ 55,00.

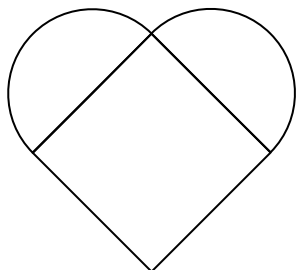
QUESTÃO 12

Segundo dados do IBGE de 2021, o município de Ararendá, no Ceará, possui o maior IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nos anos iniciais do ensino fundamental. No ano de 2019 o IDEB foi de 8,3 e no ano de 2021 o IDEB foi de 9,5. Podemos afirmar que o crescimento percentual do IDEB de 2019 para 2021 foi aproximadamente de:

- (A) 10%.
- (B) 14%.
- (C) 25%.
- (D) 22%.
- (E) 20%.

QUESTÃO 13

Um marceneiro recebe um pedido para fazer uma mesa em forma de um coração, composta por dois semicírculos e um quadrado, conforme a figura abaixo.



Sabendo que os gastos com a figura mostrada são de R\$ 120,00 por metro quadrado, qual é o gasto total se o quadrado possui lado de 1m? Considere $\pi \approx 3$.

- (A) R\$ 175,00.
- (B) R\$ 180,00.
- (C) R\$ 190,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 210,00.

QUESTÃO 14

Considere verdadeira a seguinte proposição condicional:

“Se Paulo sabe fazer bolo, então ele sabe fazer biscoitos.”

A partir dessa proposição, também é verdade que:

- (A) Se Paulo não sabe fazer biscoitos, então ele não sabe fazer bolo.
- (B) Provavelmente Paulo sabe fazer bolo e sabe fazer biscoitos.
- (C) Ou Paulo sabe fazer bolo ou Paulo sabe fazer biscoitos.
- (D) Se Paulo souber fazer bolo, também saberá fazer biscoitos.
- (E) Paulo não sabe fazer bolo, nem sabe fazer biscoitos.

QUESTÃO 15

O dono de um brechó decidiu fazer uma promoção para as camisas que ele vende. Ele observou que as vendas das camisas durante o mês anterior ocorreram segundo a tabela:

Marca da camisa	Preço da camisa	Número de camisas vendidas
Marca A	R\$ 20,00	20
Marca B	R\$ 18,00	22
Marca C	R\$ 25,00	20

Ele decidiu que no mês atual as camisas de todas as marcas possuirão o mesmo preço. O dono do brechó definiu o novo preço da camisa como sendo o preço médio de todas as camisas vendidas independentemente de sua marca. Assim, no mês atual, o preço da camisa é aproximadamente:

- (A) R\$ 18,90.
- (B) R\$ 20,90.
- (C) R\$ 21,70.
- (D) R\$ 22,80.
- (E) R\$ 24,60.

QUESTÃO 16

A sequência abaixo mostra os 4 primeiros números primos:

2,3,5,7 ...

Os números primos são números que somente são divisíveis por 1 e por eles mesmos. Qual é o sétimo termo dessa sequência?

- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 15.
- (D) 17.
- (E) 19.

QUESTÃO 17

Carlos fez uma aplicação de R\$ 12.000,00 a uma taxa de 5% ao mês durante 3 anos em regime de juros simples. Ao final dessa aplicação qual é o montante que Carlos possuirá?

- (A) R\$ 26.800,00.
- (B) R\$ 30.600,00.
- (C) R\$ 33.600,00.
- (D) R\$ 34.000,00.
- (E) R\$ 36.700,00.

QUESTÃO 18

Suponha que no ano de 2023, 8% de todas as despesas do governo de um determinado país foram com Educação. Já dentre as despesas com a Educação, as despesas com educação profissionalizante representaram 10%. Se o valor de todas as despesas do governo foi de R\$ 4 trilhões, então qual o valor as despesas com educação profissionalizante?

- (A) R\$ 3,2 bilhões.
- (B) R\$ 320 bilhões.
- (C) R\$ 32 bilhões.
- (D) R\$ 400 bilhões.
- (E) R\$ 40 bilhões.

QUESTÃO 19

Queremos construir duas figuras geométricas, um quadrado de lado a e um triângulo equilátero de lado d , de modo que os dois tenham o mesmo perímetro. Qual é a razão entre a área e o perímetro do quadrado em termos de d ?

- (A) $\frac{2}{7}d$.
- (B) $\frac{3}{8}d$.
- (C) $\frac{3}{32}d$.
- (D) $\frac{3}{16}d$.
- (E) $\frac{1}{2}d$.

QUESTÃO 20

Um projetista recomenda que para fazer o concreto utilize-se, para cada porção de cimento, 2 porções de areia e 3 porções de pedra brita, em massa. Sendo assim, na mistura final que o projetista recomenda a quantidade de areia representa qual porcentagem da massa total?

- (A) 19%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 30%.
- (E) 33%.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 21

Sobre a função “responder” no MS-Outlook 2016, é incorreto o que se afirma em:

- I - O anexo será mantido na mensagem.
 - II - O campo “Para” deverá ser preenchido.
 - III - A mensagem de resposta será enviada apenas para o remetente original.
 - IV - O campo “Assunto” não será preenchido automaticamente.
 - V - O texto original do remetente não será mantido.
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I, II e V, apenas.
 - (C) I, II, IV e V, apenas.
 - (D) I, II, III e V, apenas.
 - (E) Nenhuma das afirmativas estão incorretas.

QUESTÃO 22

O MS-Word 2016 possui diversas ferramentas de edição e formatação texto, sendo algumas delas:



Assinale a alternativa que não contenha um dos elementos de formatação dentre os representados.

- (A) Tachado.
- (B) Sublinhado.
- (C) Subscrito.
- (D) Itálico.
- (E) Negrito.

QUESTÃO 23

Analisas imagens a seguir:

I:



II:



- (A) A imagem I representa um gerenciador de e-mails da suíte Microsoft Office.
- (B) A imagem II representa um gerenciador de e-mails desenvolvido e mantido pela Google.
- (C) Ambas as imagens representam softwares de desenvolvimento de planilhas eletrônicas.
- (D) Nenhuma das imagens representam gerenciadores de e-mails.
- (E) Ambas as imagens representam gerenciadores de e-mails.

QUESTÃO 24

Uma URL é um endereço que é usado para identificar recursos na internet e fornecer um meio fácil de acessar esses recursos. Nesse contexto, são palavras que integram o significado de URL:

- () Uniform.
- () Resource
- () Lover.
- () User.
- () Locator.

Indique “V” para verdadeiro e “F” para falso.

- (A) V, F, V, F, V.
- (B) F, F, V, V, F.
- (C) V, V, F, F, V.
- (D) V, V, F, V, V.
- (E) F, F, V, F, F.

QUESTÃO 25

Leia atentamente os trechos a seguir:

Trecho 1: As configurações de impressão permitem escolher entre as opções de orientação retrato (vertical) e paisagem (horizontal) para determinar a direção da impressão na página.

Trecho 2: É possível selecionar o tamanho do papel a ser utilizado na impressão, como A4, carta, ofício, entre outros, para corresponder ao formato desejado.

Trecho 3: Não é possível ajustar as margens da página, determinando a quantidade de espaço em branco ao redor do conteúdo impresso, personalizando a formatação da página.

Diante da análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os trechos apresentados fazem afirmações corretas acerca da digitalização de um documento.
- (B) Todos os trechos apresentados fazem afirmações incorretas acerca da impressão de um documento.
- (C) O trecho 1 está correto ao afirmar que é possível selecionar o tamanho do papel a ser utilizado na impressão.
- (D) O trecho 3 se equivoca ao mencionar que não é possível ajustar as margens da página.
- (E) O trecho 2 está correto ao afirmar que as configurações de impressão permitem escolher entre as opções de orientação retrato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

“Poder _____ é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. (...) Não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu amparo no poder _____ do Estado”. É CORRETO afirmar preencherem regularmente os espaços do enunciado os termos:

- (A) hierárquico e disciplinar, respectivamente.
- (B) disciplinar e hierárquico, respectivamente.
- (C) legal e disciplinar, respectivamente.
- (D) disciplinar e de polícia, respectivamente.
- (E) de polícia e regulamentar, respectivamente

QUESTÃO 27

Considerando o disposto na Constituição Federal acerca do regime jurídico e responsabilidade dos servidores públicos, é CORRETO dizer que os atos de improbidade administrativa por estes cometidos poderão importar em:

- (A) suspensão dos direitos políticos, multa e perda da função pública, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (B) multa, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (C) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (D) multa, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, apenas, vedada a cumulação da pretensão de aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa e da ação penal cabível se versarem sobre a mesma conduta.
- (E) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, vedada a cumulação da pretensão de aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa e da ação penal cabível se versarem sobre a mesma conduta.

QUESTÃO 28

Considerando o disposto na Constituição Federal, é CORRETO dizer que a responsabilidade civil dos servidores públicos é:

- (A) subjetiva, dependente da comprovação de culpa do servidor público.
- (B) subjetiva, independente da comprovação de culpa do servidor público.
- (C) objetiva, dependente da comprovação de culpa do servidor público.
- (D) objetiva, independente da comprovação de culpa do servidor público.
- (E) integral, decorrente da incidência do risco administrativo.

QUESTÃO 29

Considere as seguintes assertivas:

I - “São bens públicos de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças”.

II - “Bens de uso comum do povo são insuscetíveis de cobrança válida e compulsória pelo uso”.

III - “Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

QUESTÃO 30

“Decorre da prerrogativa que tem o Poder Público de, por meio de atos unilaterais, impor obrigações a terceiros; (...) que permite ao Poder Público editar atos que vão além da esfera jurídica do sujeito emitente, ou seja, que interferem na esfera jurídica de outras pessoas, constituindo-as, unilateralmente, em obrigações” (PIETRO, Maria Sylvia Di. *Direito Administrativo*. São Paulo: Ed. Atlas, 2014, p. 209).

Considerando o excerto doutrinário acima, é CORRETO afirmar:

(A) os atos administrativos representam uma distinção terminológica para os atos jurídicos em sentido amplo, significando aqueles emitidos pelo Poder Público, sem se sujeitarem a regime jurídico diverso em um estado democrático se comparados com os atos jurídicos promovidos por particulares.

(B) os atos administrativos gozam do atributo da imperatividade, o que significa a sua exigibilidade imediata e insindicabilidade por Poder diverso do emitente.

(C) os atos administrativos gozam do atributo da imperatividade, o que significa a sua exigibilidade também em face de quem não concordou ou anuiu com os seus termos.

(D) os atos administrativos gozam do atributo da autoexecutoriedade, o que significa a sua exigibilidade também em face de quem não concordou ou anuiu com os seus termos.

(E) os atos administrativos gozam do atributo da imperatividade, o que significa a sua exigibilidade em face de quem sujeito à disciplina especial de Direito Público por vínculo consentido.

QUESTÃO 31

A Administração Pública aferiu que foi produzido, em seu âmbito, determinado ato administrativo socialmente relevante, mas com vício de legalidade, cujo defeito é sanável e não acarreta lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Diante desta hipótese, é CORRETO afirmar:

(A) o ato administrativo pode ser revogado pela Administração.

(B) o ato administrativo pode ser convalidado pela Administração.

(C) o ato administrativo deve ser anulado pela Administração.

(D) o ato administrativo deve ser revogado pela Administração.

(E) o ato administrativo deve ser considerado inexistente pela Administração.

QUESTÃO 32

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 9.784/1999, acerca do processo administrativo, é CORRETO o que se afirma em:

(A) a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos sobre solicitações ou reclamações em matéria de sua competência vinculada, sem dever decisório ou de resposta ao administrado quando no exercício de competência discricionária.

(B) a Administração Pública não poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado, por incidência das garantias individuais fundamentais do contraditório e da ampla defesa.

(C) são admissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos nas hipóteses de boa-fé e de ausência de modo alternativo de produção da prova.

(D) o desatendimento da intimação para defesa importa o reconhecimento da verdade dos fatos pelo administrado.

(E) a não aplicação de jurisprudência firmada sobre a questão ou a discrepância com pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais exigem motivação específica e explícita, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

QUESTÃO 33

Considerando o regime do processo legislativo disposto na Constituição da República, projetos de lei que versem sobre o regime jurídico de servidores da administração direta e autárquica são de iniciativa:

- (A) privativa do Chefe do Poder Executivo.
- (B) privativa do Chefe do Poder Executivo e do dirigente autárquico respectivo.
- (C) privativa do Chefe do Poder Executivo, do dirigente autárquico respectivo e das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) privativa do Chefe do Poder Executivo, do dirigente autárquico respectivo, das Mesas e Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (E) comum ao Chefe do Poder Executivo e Membros do Congresso Nacional.

QUESTÃO 34

É princípio jurídico apenas implícito na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- (A) o desenvolvimento nacional sustentável.
- (B) a celeridade.
- (C) a segurança jurídica
- (D) a supremacia do interesse público sobre o privado.
- (E) o planejamento.

QUESTÃO 35

“(...) conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”.

É CORRETO afirmar, sobre o excerto acima extraído da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- (A) versar sobre o projeto executivo que informa as licitações públicas, que tem como um de seus elementos o conjunto dos subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.
- (B) versar sobre o projeto básico que informa as licitações públicas, que tem como um de seus elementos o orçamento detalhado do custo global da obra.
- (C) versar sobre o anteprojeto que informa as licitações públicas, que tem como um de seus elementos o memorial descritivo da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.
- (D) versar sobre o termo de referência que informa as licitações públicas, que tem como um de seus elementos o conjunto de requisitos técnicos habilitatórios a serem exigidos dos licitantes.
- (E) versar sobre um dos elementos constitutivos da matriz de risco definidora das responsabilidades e conjunto obrigacional de cada polo contratual.

QUESTÃO 36

Acerca dos parâmetros que podem ser adotados, de forma não combinada, como composição do valor previamente estimado para a contratação em licitações públicas, considere as seguintes assertivas:

I - “contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 2 (dois) anos anteriores à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente”.

II - “utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso”.

III - “pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital”.

Contém afirmação CORRETA, com base em tais assertivas, o que consta em:

- (A) Estão corretas as assertivas I e II, apenas.
- (B) Está correta a assertiva III, apenas.
- (C) Estão corretas as assertivas II e III, apenas.
- (D) Está correta a assertiva I, apenas, e a assertiva II está correta somente se servir como paradigma de preços combinado à assertiva I.
- (E) Todas as assertivas indicam parâmetros possíveis, isoladamente, para servirem como valor previamente estimado para a contratação em licitações públicas.

QUESTÃO 37

NÃO é modalidade de licitação, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- (A) chamamento público.
- (B) concorrência pública.
- (C) concurso.
- (D) diálogo competitivo.
- (E) leilão.

QUESTÃO 38

Acerca da atuação do órgão de assessoramento jurídico da Administração ao final da fase preparatória do processo licitatório, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a análise jurídica se limita ao texto normativo contido no Edital Convocatório, haja vista não se estender aos critérios de oportunidade e conveniência adotados pelo gestor.
- (B) o assessor jurídico deve manter a sua pauta em ordem, sendo vedada a fixação de critérios de prioridade.
- (C) considerando a incidência dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público, o valor não figura como parâmetro para a definição, pela autoridade máxima, de dispensa de análise jurídica.
- (D) termos aditivos a contratos administrativos se sujeitam a análise jurídica apenas quando modificarem substancialmente a contratação de origem já antes analisada e aprovada.
- (E) a análise jurídica deve considerar todos os elementos indispensáveis à contratação e expor os pressupostos de fato e de direito levados em consideração.

QUESTÃO 39

O gestor do Município Alfa delibera pela veiculação de edital de licitação pública visando à contratação de obra com relevante especialidade técnica, subordinando-a ao critério de julgamento da melhor técnica e preço. De acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, qual deve ser o prazo de disponibilidade do Edital publicado até a sessão licitatória inaugural:

- (A) 15 (quinze) dias úteis.
- (B) 25 (vinte e cinco) dias úteis.
- (C) 30 (trinta) dias.
- (D) 35 (trinta e cinco) dias úteis.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias.

QUESTÃO 40

O Município Beta pretende publicar edital de licitação visando à aquisição de bens comuns. Considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa que contenha modalidade licitatória e modo de disputa CORRETOS, respectivamente, para a hipótese:

- (A) pregão e menor preço.
- (B) pregão e maior desconto.
- (C) pregão e aberto.
- (D) pregão e fechado.
- (E) concorrência e menor preço.

QUESTÃO 41

O Município Alfa pretende veicular licitação pública visando à contratação de obra sob o critério de julgamento da melhor técnica e preço. Apesar da elevada incidência de aspectos técnicos complexos, as soluções pretendidas estão definidas em projetos básico e executivo. Diante deste contexto, a modalidade licitatória a ser utilizada deve ser:

- (A) o pregão.
- (B) a concorrência.
- (C) o diálogo competitivo.
- (D) a tomada de preços.
- (E) a empreitada por preço unitário.

QUESTÃO 42

Acerca do regime da dispensa de licitação previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa que NÃO representa hipótese prevista na lei:

(A) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

(B) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade.

(C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

(D) para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

(E) para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.

QUESTÃO 43

Acerca da fase de habilitação em licitações públicas e de sua disciplina instituída pela Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

(A) a qualificação técnica do licitante será aferida mediante a apresentação de atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes que demonstrem a experiência de profissional técnico vinculado à licitante ou da pessoa jurídica licitante, vedada a cumulação da qualificação técnica-profissional e da qualificação técnica-operacional.

(B) a exigência de atestados será, para fins de habilitação técnica, restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 8% (oito por cento) do valor total estimado da contratação.

(C) será admitida a exigência de atestados, para fins de habilitação técnica, com quantidades mínimas de até 65% (sessenta e cinco por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

(D) será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

(E) é vedada a previsão de edital de licitação de comprovação parcial de qualificação técnica através de atestados relativos a potencial subcontratado.

QUESTÃO 44

Acerca do regime jurídico do sistema de registro de preços previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por duas vezes, por igual período cada, desde que comprovado o preço vantajoso.

(B) É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores.

(C) obras e serviços de engenharia não podem se submeter, ainda que decorrentes de projeto padronizado, sem complexidade e permanentemente contratados, ao sistema de registro de preços.

(D) a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas e obrigará a Administração a contratar nas quantidades mínimas informadas no edital de licitação.

(E) o sistema de registro de preços deve ser resultado de uma licitação pública, sendo vedada a sua utilização em hipóteses de inexigibilidade de licitação.

QUESTÃO 45

Acerca das cláusulas obrigatórias em contratos administrativos, à luz do regime contido na Lei Federal n.º 14.133/2021, considere as seguintes assertivas:

“I – é obrigatória a cláusula que estabeleça a vinculação do contratado à sua proposta licitatória e a imutabilidade de seus preços nos primeiros 12 (doze) meses após a apresentação da proposta.”

“II - é obrigatória a cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.”

“III – repactuação é o critério de reajustamento obrigatoriamente adotado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da apresentação da proposta, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.”

“IV – deverá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, nas modalidades previstas em lei.”

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 46

NÃO figura dentre as prerrogativas da Administração, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- (A) a modificação unilateral do contrato.
- (B) a extinção unilateral do contrato.
- (C) a aplicação de sanções administrativas.
- (D) a alteração das cláusulas econômico-financeiras em atendimento ao interesse do órgão público.
- (E) a ocupação de bens móveis e imóveis privados visando à apuração administrativa de faltas contratuais, inclusive após a extinção do contrato.

QUESTÃO 47

Acerca da duração dos contratos administrativos estatuída na Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- (B) a Administração poderá celebrar contratos com prazo inicial de até 10 (dez) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- (C) a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, desde que o faça na próxima data de aniversário do contrato e em prazo não inferior a 4 (quatro) meses, contado da referida data.
- (D) será de até 20 (vinte) anos o prazo de duração dos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.
- (E) o contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos.

QUESTÃO 48

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, acerca do controle de validade de contratos administrativos e sanções administrativas, assinale a alternativa CORRETA:

(A) a decisão sobre a suspensão da execução e nulidade do contrato será necessária e vinculadamente adotada quando houver irregularidade insanável, haja vista a indisponibilidade do interesse público.

(B) as invalidades sempre operam retroativamente e impedem os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

(C) a nulidade exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, pois ato nulo não gera efeitos.

(D) a sanção de advertência é cabível a quem deixar de entregar a documentação exigida para o certame, à luz do princípio da proporcionalidade.

(E) a sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, à luz do princípio da proporcionalidade.

QUESTÃO 49

“Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais” é conduta:

(A) prevista como crime, na Lei Federal n.º 14.133/2021, de fraude em contrato, com pena de reclusão de 2 (dois) a 3 (três) anos e multa.

(B) prevista como crime, na Lei Federal n.º 14.133/2021, de fraude em contrato, com pena de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

(C) prevista como crime, na Lei Federal n.º 14.133/2021, de modificação irregular em contrato administrativo, com pena de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

(D) prevista como crime, na Lei Federal n.º 14.133/2021, de modificação irregular em contrato administrativo, com pena de reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa.

(E) prevista como infração administrativa que sujeita o agente público à apuração de responsabilidade civil e disciplinar e o particular beneficiado às sanções administrativas, combinadas ou não, de multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa que discorre CORRETAMENTE sobre o regime da inexigibilidade de licitação previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021:

- (A) as hipóteses de inexigibilidade de licitação decorrem das situações em que seria possível a competição, mas outros valores jurídicos fazem com que o legislador preveja uma hipótese como de contratação direta, tal como, por exemplo, para a contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- (B) as hipóteses de inexigibilidade de licitação decorrem das situações de inviabilidade de competição, tendo como um de seus casos citados em lei, a título taxativo, a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (C) as hipóteses de inexigibilidade de licitação decorrem das situações de inviabilidade de competição, tendo como um de seus casos citados em lei, a título exemplificativo, a contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
- (D) as hipóteses de inexigibilidade de licitação decorrem das situações de inviabilidade de competição, tendo como um de seus casos citados em lei, a título taxativo, a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) as hipóteses de inexigibilidade de licitação decorrem das situações de inviabilidade de competição, tendo como um de seus casos citados em lei, a título exemplificativo, a contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, quando cumpridos os demais pressupostos legais.